

**A IMPRENSA COMO FONTE NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS PARA A LEITURA DOS PERIÓDICOS**

**THE PRESS AS A SOURCE IN HISTORY OF EDUCATION RESEARCH: ASSUMPTIONS AND
PROCEDURES FOR READING PERIODICALS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-117>

Crislaine Aparecida Pita

Doutora em Educação

Universidade Estadual de Maringá

E-mail: CrislainePita00@gmail.com

Resumo

O presente capítulo aborda a imprensa como fonte para a pesquisa histórica, com destaque para os estudos em história da educação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-metodológica, cuja análise se orienta pelo materialismo histórico-dialético. Parte-se da seguinte questão: que pressupostos e procedimentos devem orientar o pesquisador na leitura de jornais e revistas como fontes históricas? O objetivo geral consiste em discutir as possibilidades e os cuidados envolvidos no uso da imprensa como fonte, e os objetivos específicos envolvem examinar a relação entre fontes e conhecimento histórico, compreender o processo pelo qual a imprensa passou de documento suspeito a fonte reconhecida pela historiografia e sistematizar procedimentos para sua leitura crítica. Os resultados indicam que os periódicos não devem ser lidos como relatos neutros dos acontecimentos, mas como produtos de relações sociais determinadas, que expressam interesses, projetos e disputas de seu tempo. Evidenciou-se que a leitura da imprensa exige considerar a materialidade das publicações, as condições de sua produção, os sujeitos que nelas escrevem, o público a que se dirigem e as contradições presentes em seus discursos, além do cruzamento com outras fontes. Conclui-se que, quando interrogada com rigor, a imprensa constitui fonte de grande valor para a história da educação, pois permite apreender os debates em torno da escola, os projetos educacionais em confronto e a participação de diferentes grupos sociais na definição dos rumos da educação.

Palavras-chave: Imprensa; Fontes históricas; História da educação; Pesquisa histórica.

Abstract

This chapter addresses the press as a source for historical research, with emphasis on studies in the history of education. It is a bibliographic study of a theoretical and methodological nature, whose analysis is guided by historical-dialectical materialism. It starts from the following question: which assumptions and

procedures should guide the researcher in reading newspapers and magazines as historical sources? The general objective is to discuss the possibilities and precautions involved in using the press as a source, and the specific objectives are to examine the relationship between sources and historical knowledge, to understand the process through which the press moved from a suspicious document to a source recognized by historiography, and to systematize procedures for its critical reading. The results indicate that periodicals should not be read as neutral accounts of events, but as products of specific social relations that express the interests, projects and disputes of their time. It was shown that reading the press requires considering the materiality of publications, the conditions of their production, the subjects who write in them, the audience they address and the contradictions present in their discourses, as well as cross-checking with other sources. It is concluded that, when rigorously questioned, the press is a highly valuable source for the history of education, as it makes it possible to grasp the debates surrounding schooling, the competing educational projects and the participation of different social groups in shaping the direction of education.

Keywords: Press; Historical sources; History of education; Historical research.

1 INTRODUÇÃO

Jornais e revistas acompanham a vida social de forma contínua. Dia após dia, semana após semana, eles registram acontecimentos, publicam opiniões, divulgam projetos e participam das discussões que mobilizam uma sociedade. Por essa razão, quando o pesquisador se volta para o passado, encontra na imprensa um conjunto documental extenso e diversificado, capaz de revelar não apenas o que aconteceu, mas também como os acontecimentos foram percebidos, interpretados e disputados por diferentes grupos.

No campo da história da educação, essa riqueza é particularmente evidente. A escola pública, a formação de professores, os métodos de ensino, as reformas educacionais e o próprio direito à educação foram temas recorrentes nas páginas de jornais diários e de revistas especializadas. Ao lado da legislação, dos relatórios oficiais e dos documentos escolares, a imprensa tornou-se uma das fontes mais utilizadas nas pesquisas da área nas últimas décadas (Catani; Bastos, 1997).

Essa ampla utilização, entretanto, traz consigo um desafio metodológico. A facilidade de acesso aos periódicos, ampliada pela digitalização de acervos e pela criação de hemerotecas digitais, pode levar a usos pouco criteriosos, nos quais notícias e artigos são transcritos como se fossem retratos fiéis da realidade ou utilizados apenas para ilustrar conclusões já estabelecidas. O risco, nesses casos, é que o pesquisador reproduza a visão de mundo do periódico em vez de analisá-la.

Diante disso, o presente estudo parte da seguinte questão: que pressupostos e procedimentos devem orientar o pesquisador na leitura de jornais e revistas como fontes históricas? O objetivo geral consiste em discutir as possibilidades e os cuidados envolvidos no uso da imprensa como fonte. Como objetivos

específicos, busca-se examinar a relação entre fontes e conhecimento histórico, compreender o processo pelo qual a imprensa passou de documento suspeito a fonte reconhecida pela historiografia e sistematizar procedimentos para sua leitura crítica, com atenção especial às pesquisas em história da educação.

A justificativa do estudo reside na necessidade de oferecer, sobretudo a pesquisadores em formação, subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com periódicos. Saber localizar uma fonte é apenas o primeiro passo; o que confere valor à pesquisa é a capacidade de interrogá-la, situá-la historicamente e compreender as relações sociais que a tornaram possível.

O texto está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda apresenta os procedimentos metodológicos e o referencial que orienta a análise. A terceira, dedicada aos resultados e à discussão, trata das fontes e da produção do conhecimento histórico, da trajetória da imprensa na historiografia e dos procedimentos para a leitura dos periódicos. A última reúne as conclusões e aponta caminhos para novas investigações.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza teórico-metodológica. Conforme Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, especialmente livros e artigos científicos, e permite reunir e confrontar as contribuições de diferentes autores sobre um mesmo problema. Foram selecionadas obras que discutem as fontes na pesquisa histórica (Saviani, 2004; Bacellar, 2006; Ragazzini, 2001), a imprensa como fonte e objeto da historiografia (Capelato, 1988; Capelato; Prado, 1980; Luca, 2005; Cruz; Peixoto, 2007) e o uso de periódicos na história da educação (Catani; Bastos, 1997; Nóvoa, 1997).

A seleção das obras considerou dois critérios: a relevância dos autores para o debate sobre fontes e imprensa na historiografia brasileira e a pertinência de suas contribuições para as pesquisas em história da educação. O material foi submetido a leituras sucessivas, de caráter exploratório, analítico e interpretativo, com o registro das ideias centrais de cada texto e a identificação dos pontos de convergência e de divergência entre os autores. Não se pretendeu esgotar a produção existente sobre o tema, que é extensa, mas reunir referências reconhecidas na área e organizá-las de modo a oferecer orientações úteis ao trabalho de pesquisa.

A leitura e a análise do material foram orientadas pelo materialismo histórico-dialético. Nessa perspectiva, os fenômenos sociais são compreendidos como históricos, contraditórios e vinculados às condições materiais de existência da sociedade em que se produzem. Marx (2011) lembra que os seres humanos fazem a sua própria história, mas não a fazem nas condições que escolhem, e sim naquelas que encontram e que lhes foram transmitidas pelo passado. Aplicado à análise das fontes, esse princípio implica

compreender cada documento como resultado da ação de sujeitos concretos, inseridos em relações sociais determinadas.

Kosik (1976) acrescenta que a realidade não se revela de imediato: aquilo que aparece à primeira vista constitui apenas uma dimensão do fenômeno, e o conhecimento exige um esforço de análise capaz de ultrapassar essa aparência e alcançar as determinações que a produzem. Esse movimento orientou a organização dos resultados em três eixos: as fontes e a produção do conhecimento histórico; a trajetória da imprensa como fonte; e os procedimentos para a leitura dos periódicos na pesquisa em história da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AS FONTES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

A discussão sobre a imprensa como fonte exige, inicialmente, compreender o lugar que as fontes ocupam na pesquisa histórica. Saviani (2004) observa que as fontes não são a origem da história, pois a história é produzida pela ação dos seres humanos; elas são, antes, a origem do conhecimento que se produz sobre essa história. São registros e testemunhos que permitem ao pesquisador reconstruir, no plano do pensamento, o objeto que investiga. Essa distinção é importante porque afasta a ideia de que a verdade histórica estaria pronta nos documentos, à espera de ser recolhida.

Dessa compreensão decorre que não existe um conjunto fixo de fontes, definido de uma vez por todas. Um mesmo documento pode ser fonte para uma investigação e irrelevante para outra, conforme o objeto e as perguntas do pesquisador. Decorre também que a escolha das fontes não é neutra: ao selecionar determinados registros e deixar outros de lado, o pesquisador delimita aquilo que poderá ver. Explicitar os critérios dessa seleção e reconhecer seus limites é, por isso, parte da própria exigência de rigor que caracteriza o trabalho científico.

Bacellar (2006) reforça esse entendimento ao lembrar que os documentos não foram produzidos para atender às necessidades do historiador, mas às demandas do momento em que surgiram. Cada fonte guarda as marcas das intenções, dos limites e das condições de sua produção, e o pesquisador precisa reconhecê-las para não confundir o ponto de vista do documento com a realidade que ele pretende descrever. Ragazzini (2001), por sua vez, destaca que as fontes só se tornam testemunhos quando são interrogadas: é a pergunta formulada pelo pesquisador que transforma um vestígio do passado em fonte de conhecimento.

Bacellar (2006) chama a atenção, igualmente, para as condições de preservação e de acesso aos acervos. Aquilo que chega ao pesquisador é apenas parte do que foi produzido, pois muitos documentos se perderam, foram descartados ou jamais chegaram a ser recolhidos a uma instituição de guarda. Conhecer a história do acervo consultado, sua organização e suas lacunas faz parte do trabalho de crítica das fontes, uma vez que a ausência de determinados registros também pode ser reveladora das prioridades e das relações de poder de uma época.

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, essas considerações ganham um sentido específico. Se a realidade social é contraditória e atravessada por interesses de classe, os documentos que ela produz também carregam essas contradições. Marx e Engels (2007) afirmam que as ideias dominantes em cada época tendem a ser as ideias da classe que domina materialmente a sociedade, pois é ela que dispõe dos meios para produzi-las e difundi-las. Não se trata de reduzir as fontes a meros reflexos da economia, mas de reconhecer que a produção de documentos e a preservação de acervos estão inseridas em relações de poder que precisam ser consideradas na análise.

Três categorias do método auxiliam o pesquisador nessa tarefa. A totalidade indica que nenhum documento pode ser compreendido isoladamente, pois seu sentido depende das relações que mantém com o conjunto da vida social em que foi produzido. A contradição lembra que a sociedade não é homogênea e que os documentos registram, de forma explícita ou velada, os conflitos entre grupos e projetos. A mediação, por fim, refere-se aos elos que ligam o documento particular aos processos mais amplos, como as instituições, os grupos profissionais e as organizações políticas de que seus autores participam. Kosik (1976) denomina pseudoconcreticidade o mundo das aparências que se apresentam como naturais e independentes; ultrapassá-lo significa mostrar que aquilo que parece dado é, na verdade, resultado da atividade humana.

No caso da história da educação, a diversidade de fontes é considerável. Leis, decretos, regulamentos, relatórios de autoridades, atas, livros de matrícula, cadernos de alunos, manuais didáticos, fotografias, depoimentos e a própria arquitetura dos prédios escolares podem ser interrogados pelo pesquisador. Cada um desses registros ilumina aspectos distintos do fenômeno educativo e possui limites próprios: a legislação informa o que se pretendia fazer, mas não necessariamente o que foi feito; os relatórios oficiais tendem a valorizar as realizações de quem os assina; os documentos escolares registram a rotina, mas raramente os debates que a cercavam. A imprensa ocupa lugar singular nesse conjunto justamente porque dá acesso à dimensão pública e polêmica das questões educacionais.

3.2 A IMPRENSA: DE DOCUMENTO SUSPEITO A FONTE PRIVILEGIADA

Durante muito tempo, a imprensa ocupou uma posição marginal na pesquisa histórica. Luca (2005) mostra que, até meados do século XX, predominava uma concepção de história que valorizava os documentos oficiais e buscava a objetividade por meio do distanciamento entre o pesquisador e seu objeto. Os jornais, marcados pela parcialidade, pelas paixões políticas e pelo compromisso com interesses imediatos, eram considerados pouco adequados à reconstrução do passado. Quando utilizados, serviam geralmente para confirmar informações obtidas em outras fontes.

Essa desconfiança não era de todo infundada, e convém não a descartar por completo. Jornais erram, exageram, omitem e tomam partido, e o pesquisador que os consulta precisa estar atento a isso. O equívoco

da historiografia tradicional não estava em reconhecer a parcialidade da imprensa, mas em supor que os documentos oficiais estivessem livres dela. Leis, relatórios e correspondências de governo também são produzidos por sujeitos interessados e também selecionam o que registrar. Quando se admite que toda fonte é parcial, a parcialidade do jornal deixa de ser motivo para excluí-lo e passa a ser, ela mesma, objeto de análise.

Essa situação começou a mudar com a ampliação da noção de documento e com a renovação dos objetos e abordagens da historiografia. No Brasil, a partir da década de 1970, multiplicaram-se os estudos que tomavam a imprensa não apenas como fonte de informações, mas como objeto de investigação em si (Luca, 2005). Um marco dessa produção é o estudo de Capelato e Prado (1980) sobre o jornal O Estado de S. Paulo, no qual as autoras analisam o periódico como agente político e ideológico, capaz de formular e difundir projetos para a sociedade. Em obra posterior, Capelato (1988) reafirma que a imprensa deve ser compreendida como instrumento de intervenção na vida social, e não como transmissora imparcial dos acontecimentos.

O próprio título do estudo de Luca (2005) ajuda a distinguir as formas de aproximação possíveis. Pode-se fazer a história dos periódicos, quando se investiga a trajetória de uma publicação, seus proprietários, suas fases e suas transformações técnicas; a história nos periódicos, quando se examina o modo como determinados temas foram tratados em suas páginas; e a história por meio dos periódicos, quando eles servem de fonte para o estudo de um problema mais amplo. Na prática, essas dimensões se combinam, pois dificilmente se utiliza bem um jornal como fonte sem conhecer minimamente a sua história.

Cruz e Peixoto (2007) aprofundam essa perspectiva ao propor que a imprensa seja tratada como linguagem constitutiva do social, que possui historicidade e especificidades próprias. Para as autoras, os periódicos não apenas registram os acontecimentos, mas participam de sua produção, ao definir o que merece ser noticiado, ao nomear os problemas e ao propor soluções. Essa compreensão desloca a pergunta do pesquisador: em vez de indagar apenas o que o jornal informa sobre o passado, torna-se necessário indagar o que o jornal fazia em seu tempo e a quem servia sua atuação.

É preciso considerar, também, que a imprensa não constitui um bloco único. Ao lado dos grandes jornais diários, organizados como empresas e sustentados em boa medida pela publicidade, existiram e existem publicações de sindicatos e associações de trabalhadores, de partidos políticos, de instituições religiosas, de grupos estudantis, de comunidades de imigrantes e de pequenas cidades do interior. Cada um desses tipos de periódico possui condições de produção, público e objetivos distintos, e nenhum deles pode ser tomado como expressão da sociedade em seu conjunto. A grande imprensa tende a dispor de mais recursos e maior alcance, o que lhe confere peso considerável na formação da opinião, ao passo que os periódicos de menor circulação permitem conhecer vozes que raramente encontram espaço nos jornais de maior prestígio.

No campo da história da educação, a valorização da imprensa como fonte foi impulsionada por estudos que demonstraram sua capacidade de revelar o funcionamento do campo educacional. Nóvoa (1997) destaca que a imprensa de educação e ensino reúne a participação de professores, alunos, famílias, autoridades e intelectuais, permitindo apreender os debates, as tensões e as expectativas que atravessaram a escola em diferentes momentos. Catani e Bastos (1997) mostram que revistas pedagógicas e periódicos de associações docentes constituem fontes privilegiadas para compreender a circulação de ideias, a organização do magistério e a construção de saberes sobre o ensino.

Convém distinguir, nesse campo, ao menos três conjuntos de periódicos. O primeiro é formado pela imprensa de circulação geral, que trata da educação entre outros assuntos e permite observar como as questões escolares foram apresentadas ao público mais amplo. O segundo corresponde à imprensa pedagógica, constituída por revistas de órgãos oficiais, de associações de professores e de instituições de ensino, voltadas a orientar a prática docente e a divulgar ideias e métodos. O terceiro reúne os jornais e as revistas produzidos no interior das escolas, por estudantes e professores, que registram aspectos do cotidiano escolar dificilmente encontrados em outros documentos. A escolha entre eles, ou a combinação de vários, depende do problema que o pesquisador se propõe a investigar.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A LEITURA DA IMPRENSA COMO FONTE

Reconhecer o valor da imprensa como fonte não significa aceitar acriticamente o que ela publica. Ao contrário, a riqueza dos periódicos exige procedimentos rigorosos de leitura. O primeiro deles refere-se à materialidade da publicação. Luca (2005) recomenda que o pesquisador observe aspectos como o formato, a periodicidade, a tiragem, a organização das seções, o uso de imagens, o espaço destinado à publicidade e a posição ocupada pelos textos que lhe interessam. Uma matéria sobre educação publicada na primeira página não tem o mesmo peso que uma nota em seção secundária, e essa diferença diz muito sobre a importância atribuída ao tema.

O segundo procedimento consiste em identificar quem produz o periódico e para quem ele se dirige. Proprietários, diretores, redatores e colaboradores ocupam posições sociais definidas e mantêm vínculos com grupos políticos, econômicos, religiosos ou profissionais. Do mesmo modo, o público leitor delimita os temas abordados e a linguagem empregada. Na perspectiva adotada neste estudo, essas relações constituem mediações indispensáveis entre o texto publicado e a totalidade social em que ele se insere.

Ainda em relação aos sujeitos, importa observar as formas de sustentação financeira do periódico. Assinaturas, venda avulsa, anúncios comerciais, publicações oficiais pagas e subvenções de governos ou de instituições condicionam, em graus variados, aquilo que pode ser dito e o modo de dizê-lo. Um jornal que depende de verbas públicas dificilmente adotará postura crítica em relação ao governo que o financia, assim como uma revista mantida por uma associação profissional tenderá a expressar as posições de sua

diretoria. Informações desse tipo nem sempre aparecem nas páginas da publicação e, com frequência, precisam ser buscadas em outras fontes e em estudos já realizados sobre o periódico.

Outro cuidado refere-se à diversidade dos textos que compõem cada edição. Editoriais, notícias, reportagens, artigos assinados, colunas, cartas de leitores, anúncios e imagens obedecem a regras diferentes e cumprem funções distintas. O editorial expressa a posição oficial da publicação; o artigo assinado pode manifestar opinião individual, por vezes divergente da linha do jornal; a carta do leitor indica como certos temas repercutiam, embora passe pela seleção da redação; os anúncios informam sobre escolas, livros, cursos e produtos oferecidos ao público. Ignorar essas diferenças leva a atribuir ao periódico posições que eram apenas de um colaborador ou, inversamente, a tomar como individual aquilo que constituía orientação da empresa.

O terceiro procedimento diz respeito à historicidade e às contradições do discurso. Os periódicos que, em determinados momentos, se apresentaram como porta-vozes da opinião pública ou dos interesses gerais da nação frequentemente defendiam projetos vinculados a grupos específicos. Cabe ao pesquisador desvelar essas intenções, comparar posições assumidas em diferentes momentos, identificar silêncios e ausências e confrontar o discurso do jornal com outras fontes, como a legislação, os relatórios oficiais, as atas e os documentos escolares. O Quadro 1 sintetiza esses procedimentos.

Quadro 1 - Procedimentos para a leitura da imprensa como fonte histórica

Dimensão de análise	Questões orientadoras
Materialidade	Qual o formato, a periodicidade e a tiragem? Em que seção e com que destaque o tema aparece?
Contexto histórico	Em que conjuntura econômica, política e educacional o periódico circulava? Que debates estavam em curso?
Sujeitos e vínculos	Quem eram os proprietários, redatores e colaboradores? A que grupos sociais e instituições se vinculavam?
Público e circulação	A quem o periódico se dirigia? Onde circulava e qual o seu alcance?
Intencionalidade e contradições	Que projetos defendia ou combatia? Que tensões, silêncios e mudanças de posição aparecem ao longo do tempo?
Cruzamento de fontes	O que outras fontes revelam sobre o mesmo tema? Em que pontos confirmam ou contradizem o periódico?

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Luca (2005), Capelato (1988) e Cruz e Peixoto (2007).

A aplicação desses procedimentos supõe, ademais, um trabalho paciente de constituição de séries. Em vez de recolher textos dispersos, é recomendável que o pesquisador acompanhe o periódico por um período delimitado, de maneira a perceber a frequência com que o tema aparece, os momentos em que ganha ou perde destaque e as alterações no tratamento que recebe. O registro sistemático das informações de cada texto, como data, página, seção, autoria e assunto, facilita a organização do material e permite retornar a ele com segurança durante a análise. Esse cuidado evita que a argumentação se apoie em exemplos isolados, escolhidos apenas porque confirmam a hipótese inicial.

Há que considerar, igualmente, as condições políticas em que os periódicos circularam. Em períodos de restrição das liberdades, a censura, a autocensura e a pressão sobre proprietários e jornalistas limitaram o que podia ser publicado, de modo que o silêncio de um jornal sobre determinado assunto não significa que ele fosse irrelevante para a sociedade. Em sentido contrário, a insistência em certos temas pode indicar campanhas deliberadas para influenciar decisões de governo ou a opinião dos leitores. Em ambos os casos, o que se publica e o que se omite devem ser interpretados à luz da conjuntura.

As imagens merecem atenção própria. Fotografias, charges, ilustrações e a própria disposição gráfica das páginas participam da produção de sentidos e não devem ser tratadas como simples complemento do texto escrito. Uma fotografia de inauguração de escola, por exemplo, informa sobre o prédio e sobre as autoridades presentes, mas também sobre a imagem de eficiência que o governo desejava transmitir. Como recomenda Luca (2005), os elementos visuais integram a materialidade do periódico e precisam ser analisados em conjunto com os textos que acompanham.

Um exemplo da fecundidade desses procedimentos pode ser observado nos estudos sobre os debates em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960. Nesse período, a imprensa foi um dos principais espaços de confronto entre os defensores da escola pública e os setores que reivindicavam maior participação das instituições privadas no financiamento público da educação, e jornais de grande circulação abriram suas páginas à Campanha em Defesa da Escola Pública (Saviani, 2007). Lidos de forma isolada, esses textos poderiam sugerir uma disputa de ideias desvinculada da realidade material; analisados à luz das relações sociais do período, revelam interesses econômicos, alianças políticas e concepções distintas sobre o papel do Estado na educação.

Nesse exemplo, a atenção aos procedimentos descritos faz diferença concreta. Saber quem assinava os artigos, que vínculos mantinha com universidades, associações ou instituições religiosas, em que seção os textos eram publicados e que posição o próprio jornal assumia em seus editoriais permite distinguir o debate efetivamente travado da imagem que cada veículo procurava construir dele. Permite, ainda, perceber que a abertura de espaço a determinadas vozes não era casual, mas correspondia a escolhas editoriais relacionadas ao público do periódico e às alianças de seus dirigentes.

Outro exemplo refere-se à imprensa pedagógica de caráter oficial. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, criada em 1944 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, constitui fonte importante para compreender as concepções de educação que orientavam a ação do Estado e a atuação de intelectuais vinculados à administração educacional. Nesse caso, o pesquisador precisa considerar que a revista expressava, em grande medida, a perspectiva dos órgãos governamentais, o que exige confrontar seus artigos com outras vozes do período, como as de associações de professores, de grupos religiosos e de

periódicos de oposição. É justamente esse confronto que permite perceber as contradições do processo histórico e evitar que a visão de uma única publicação seja tomada como expressão de toda a realidade.

Os periódicos de associações docentes e os jornais escolares oferecem, por sua vez, um contraponto valioso às publicações oficiais. Neles aparecem reivindicações salariais, queixas sobre as condições das escolas, relatos de práticas de sala de aula, festas, exames e atividades cotidianas que raramente figuram nos documentos de governo. Por terem tiragens pequenas e circulação restrita, essas publicações foram menos preservadas, e suas coleções costumam apresentar lacunas, o que exige do pesquisador cuidado adicional ao generalizar as conclusões obtidas a partir dos exemplares disponíveis (Catani; Bastos, 1997).

Cabe destacar, ainda, as mudanças provocadas pela digitalização dos acervos. Iniciativas como a Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional, ampliaram significativamente o acesso a jornais e revistas de diferentes regiões e períodos, permitindo buscas por palavras-chave em milhares de páginas. Essa facilidade representa um ganho importante para a pesquisa, mas também impõe novos cuidados. A busca por termos isolados pode fragmentar a leitura, levando o pesquisador a recortar trechos sem considerar a edição completa, a seção em que foram publicados e o conjunto da publicação. Por isso, os procedimentos discutidos neste capítulo permanecem indispensáveis, mesmo quando o acesso às fontes se torna mais rápido e abrangente.

Convém lembrar, por fim, o risco do anacronismo. Palavras como instrução, educação popular, ensino público e democracia tiveram sentidos diferentes ao longo do tempo, e o pesquisador que as lê com os significados atuais pode atribuir aos autores do passado intenções que eles não tinham. A leitura atenta do vocabulário empregado, das polêmicas em que os textos se inserem e dos interlocutores a quem respondem contribui para restituir aos documentos o seu sentido histórico. Trata-se, em última instância, de aplicar à imprensa a exigência que vale para qualquer fonte: compreendê-la como produto de seu tempo, sem deixar de interrogá-la a partir das questões do presente.

4 CONCLUSÃO

Este capítulo discutiu os pressupostos e os procedimentos que devem orientar o uso da imprensa como fonte na pesquisa histórica, com ênfase na história da educação. Verificou-se que as fontes não contêm a verdade histórica de forma pronta, mas constituem o ponto de partida para a construção do conhecimento, que depende das perguntas formuladas pelo pesquisador e do referencial teórico que orienta sua análise.

Constatou-se, também, que a imprensa percorreu um longo caminho até ser reconhecida como fonte legítima pela historiografia. Hoje, jornais e revistas são considerados documentos privilegiados para compreender os debates, os projetos e os conflitos de diferentes momentos históricos, inclusive no campo educacional, no qual permitem apreender a participação de professores, intelectuais, autoridades e famílias na definição dos rumos da escola.

A análise orientada pelo materialismo histórico-dialético evidenciou que os periódicos devem ser compreendidos como produtos de relações sociais concretas, que expressam interesses e disputas de seu tempo. Por isso, sua leitura exige atenção à materialidade das publicações, ao contexto histórico, aos sujeitos que as produzem, ao público a que se dirigem, às contradições de seus discursos e ao cruzamento com outras fontes.

Evidenciou-se, igualmente, que a imprensa é diversa em seus tipos, em suas formas de financiamento e nos gêneros de texto que publica, e que essa diversidade precisa ser levada em conta na definição do corpus e na interpretação dos resultados. O acompanhamento do periódico em séries, o registro sistemático das informações e a atenção às condições políticas de circulação e ao vocabulário de cada época completam o conjunto de cuidados que distinguem a análise histórica da simples coleta de citações.

Conclui-se que a imprensa, quando interrogada com rigor, constitui fonte de grande valor para a história da educação. Como contribuição, o estudo sistematiza procedimentos que podem orientar pesquisadores em formação no trabalho com periódicos. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos empíricos com periódicos educacionais regionais e a investigação dos efeitos da digitalização dos acervos sobre as práticas de pesquisa na área.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.